

Poder, ética e equidade

Já os Romanos distinguiam três espécies de equidade: a “civil” (a que se consubstanciava na lei), a “pretoriana” (aquela com que os pretores, nas suas decisões, moderavam o excessivo formalismo da lei ou dos contratos) e a “natural” (concebida como a Justiça ideal), enquanto Aristóteles qualificava a equidade como um modo de verdadeira “rectificação” do Direito, que é afinal o sentido acolhido nas Ordens Jurídicas como a nossa, em que é sempre a lei que estabelece quais as situações em que a equidade, definida então como “prudente arbítrio do julgador”, pode intervir.

Creio, todavia, que aquilo que se pretenderá ver examinado, num painel com este tema, será a questão do juízo de apreciação sobre as condutas, as posturas e os actos considerados como bons ou maus, ou seja, da ética.

Ora, forçoso se torna desde logo referir que tal apreciação tem sido sempre feita ao longo da História à luz dos conceitos e das prescrições de cada classe ou camada da população e, em particular, daquelas que são dominantes em cada época.

Assim, aquilo que para o escravagista se revelava como “equitativo” e “ético” não o era seguramente para o seu escravo. E também aquelas prerrogativas que para o senhor feudal se assumiam como tal, por exemplo, o “*jus primae noctis*”, nos termos do qual o mesmo senhor tinha direito a dormir a noite de núpcias com a noiva do seu servo da plebe, não o eram seguramente para estes...

Hoje em dia, na sociedade do trabalho assalariado e da hegemonia do grande capital financeiro, vivemos a lógica do primado a todo o custo duma dimensão nacional do trabalho fundada na exploração das chamadas “vantagens competitivas” dos sistemas que se caracterizam pela chacina

dos direitos humanos, sociais e laborais mais básicos e na busca à autrância das chamadas “competitividade” e “eficiência económica”.

Um livro de Ricardo Sennett, datado de 2000 e intitulado “A corrosão do carácter — as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo”, mostra bem como a chamada “nova ordem mundial” da época da globalização e os valores, regras e padrões de conduta que ela continuamente produz e aplica, têm conduzido à cada vez mais sofisticada criação e reprodução dos “novos escravos” dos tempos modernos.

Com efeito, a pregação da “inevitabilidade” e da “inelutabilidade” do que é poderoso e dominante, o descrédito do colectivo e da solidariedade, o elogio do individualismo mais feroz, a defesa de que os fins afinal justificarão os meios, a afirmação de que a luta por ideais e princípios deixou de fazer sentido, a permanente aplicação da velha máxima da propaganda hitleriana de que uma mentira mil vezes repetida acabará por se tornar verdade, constituem o ideário essencial da ideologia desta “missa hipnótica”, e visam o propósito de conseguir, de modo “simpático”, “neutral”, “democrático” até, impor a governação dos interesses de uma ínfima minoria, cada vez mais rica e poderosa, sobre uma maioria cada vez mais pobre e impiedosamente oprimida.

Tal ideologia será, aliás, tanto mais eficaz quanto mais for coberta de um verniz de “cientificidade” que lhe permita apresentar-se como aparentemente credível e socialmente sustentável.

Assim, é óbvio que ninguém aparecerá a defender abertamente que as pessoas devem rastejar e não devem ser ciosas dos seus direitos ou exigentes do respeito pelas suas liberdades. Ao invés — e ao estilo duma das “bíblías” da gestão empresarial (o livrinho “Foi você quem mexeu no meu queijo?”), de um dos gurus da gestão capitalista, o Sr. Spencer Johnson, significativamente utilizado na formação das principais multinacionais do Mundo —, o que se dirá é que, tal como se ensina no referido opúsculo, perante uma actuação de algum Poder que lese os nossos interesses, em vez de nos pormos a choramingar (leia-se, a reclamar e

reivindicar), e conseqüentemente quase a morrer à fome (como sucede com os humanóides do dito livro), deveremos antes “fazer de cada dificuldade uma oportunidade” (ou seja, engolir em seco e aceitar a ofensa), e “partir para outra” (como fazem os ratos da história...).

Evidentemente que não se prega abertamente o individualismo, mas antes se apregoam as excelsas virtudes dos *self made men*, que souberam correr e acotovelar mais do que os seus colegas ou concidadãos, convenientemente apresentados como os “adversários” a derrotar, senão como os “inimigos” a abater.

Por fim, ninguém ousará dizer que o que se impõe é que as pessoas e as organizações não tenham princípios ou regras éticas. Mas leva-se a água ao mesmo moinho, seja erigindo o “pragmatismo” como valor fundamental (‘podemos não gostar, mas estas são as regras do jogo...’), seja banalizando e ridicularizando quem insista em ter a espinha vertebral direita e não desista de lutar por ideais (“vejam bem o que ele ganhou com isso!” ou “lá está aquela de novo com as coisas do costume”), seja olhando tão oportunista quanto hipocritamente “para o lado” face à realidade (vejam-se as teorias da *realpolitik*, por parte dos dirigentes políticos ditos democráticos, relativamente à chacina dos direitos fundamentais dos cidadãos nos países com quem lhes convém ter boas relações políticas e/ou económicas; ou o escândalo de algumas das grandes empresas que constantemente falam em “responsabilidade social” e no “we care about people”, e que são afinal caracterizadas, directamente ou através das suas subcontratadas, pelas maiores arbitrariedades e explorações patronais)

Isto para não falar da falácia de esquecer que, sobretudo numa Sociedade e num Mundo cada vez mais desiguais, como bem afirma Alain Supiot, “a simples declaração de igualdade formal não serve, num primeiro tempo, senão para despojar os mais fracos das prestações sociais que lhe são próprias”.

Ou na tentativa de apagamento do imaginário colectivo de toda e qualquer noção de justiça social, de par com a combinação do corte nos gastos

sociais e no simultâneo aperto na repressão à criminalidade. Aumenta-se a dificuldade no acesso aos serviços públicos e depois chama-se a polícia para resolver o problema. Um dos principais defensores desta política de “tolerância zero” – desenvolvida, na década de 1990, a partir do laboratório da prefeitura de Nova Iorque do Sr. Giuliani– foi Charles Murray, autor da tristemente célebre teoria da “curva do sino”, segundo a qual os negros têm um QI menor por factores hereditários e assim apresentam desempenho escolar pior – em suma, de nada adianta uma prestação, apoio ou compensação social para quem já nasce “atrasado” e prejudicado.

Este verdadeiro “darwinismo social”, proclamado e definido sob o “argumento” de que “dos fracos não reza a história” e de que no Mundo perfeito do ideal liberal não cabe quem é debilitado, doente, deficiente, pouco produtivo, idoso ou simplesmente diferente, sustenta-se com frequência naquilo que Albert Hirschman denominou anteriormente de “retórica da intransigência” contra tudo o que ponha em causa o que está estabelecido, e que precisamente se procura apresentar como eterno, imutável e inelutável.

Essa “retórica da intransigência” assenta em 3 teses ou vectores para combater as ideias ou propostas de quem pensa diferente; perversidade, futilidade e ameaça. Tais ideias ou propostas serão assim de imediato fulminadas com os argumentos dos ideólogos e “especialistas” do sistema de que trarão resultados opostos ao proposto (perversidade), de nada valerão ou adiantarão (futilidade) e só provocarão agitação e conflitos sociais (ameaça).

Todavia, desmascarada que foi, ao menos em parte, esta autêntica “banalização do mal” e perdida alguma da sua eficácia reguladora – até pela evidência cada vez maior da natureza terrorista de muitas das estratégias e medidas governamentais, da usura desenfreada e impune dos grandes capitais financeiros, da crueldade da fome e da miséria mais dramáticas mesmo no países ditos do “2ª” e até do “1º” mundo, da brutalidade das guerras pelo domínio dos grandes recursos, etc. etc. – eis que se tem assistido mais recentemente a um certo movimento de “retorno à ética”, o

qual, como Alain Badiou bem demonstrou, expresso nas declarações de boas intenções oficiais e no refinamento da opinião compartilhada, ao invés de significar o esplendor de uma iniciativa redentora da verdadeira barbárie com que hoje nos defrontamos, também no Mundo das Relações de Trabalho, de facto outra coisa não faz que não seja retomar a concepção judaico-cristã do mundo, procurando antes produzir uma consensual e castradora resignação ao estado de coisas actual, que é assim apresentado como algo de “necessário” ou, pelo menos, como um “mal menor” face às consequências desastrosas a que uma alternativa de transformação radical teria conduzido.

Neste plano, a ética e a equidade, como escreveu Carlos Alberto Sobrinho, analisando o pensamento de Badiou, renunciam “a qualquer causa transformadora, requisitando as subjectividades a permanecerem resignadas na impotência do consenso” possível.

Sem comportar qualquer ideal verdadeiramente libertador da Humanidade, a preocupação ética com o outro limita-se assim à consagração de alguns (limitados, e cada vez mais limitados) direitos, regulando afinal a exploração e a opressão e resguardando o investimento de ideias alternativas que se proponham fazer a ruptura com este estado de coisas.

Esta vertente ultra-conservadora da ética e da equidade serve assim e afinal para cimentar a aceitação do que “é” ou do que “está” e para alimentar o “terror de si mesmo” de que falava Marx, como instrumento de paralização da acção colectiva, de pregação da impotência e de defesa da manutenção do conflito dentro dos limites do socialmente aceitável para os interesses dominantes em cada momento.

Este neo-conservadorismo passa, pois, pela gestão “científica” e pela justificação social, e também jurídica, da incerteza, da angústia e do medo.

Noutros tempos, tinha-se medo da Natureza. Hoje, procura impôr-se (de forma que, como é óbvio, não é ideologicamente neutra) que se tenha

medo da Sociedade, do próximo, do futuro, como forma de manietamento da consciência colectiva e do amordaçamento da razão crítica de cada um.

A vulnerabilidade dos cidadãos, a generalização da incerteza e da insegurança, a desestabilização mesmo dos aparentemente estáveis revelam-se assim instrumentos absolutamente fundamentais deste tipo de controle social.

E é por isso que, por exemplo, a "precaridade" de que hoje tanto se fala é então apresentada como um destino comum, interiorizado por todos, e deixa de ser uma característica marginal para passar mesmo a constituir como refere Robert CasteI, a "nova questão social".

Importa, pois, não esquecer que quando o capitalismo se instalou, na sua fase inicial (concorrencial), foi a luta dos trabalhadores que conseguiu impôr o reconhecimento de alguns direitos.

Hoje, o fundamento do grande capital financeiro é a sua expansão sem limites para todos os pontos do globo. E por isso mesmo as classes trabalhadoras devem agora preparar-se para uma nova e heróica época de lutas pelos novos direitos sociais, à escala planetária, porque este novo momento histórico haverá de alterar as suas conquistas sociais e os próprios Direitos que as regem, *maxime* o Direito do Trabalho.

Por mim, continuo a pensar que deveremos combater esta "missa hipnótica", que importa manter os princípios e que vale a pena lutar por aquilo que é justo e contra tudo aquilo que é injusto, mesmo que a ideologia dominante pregue, continuamente, até para conseguir que os escravos se não desaquietem, que tal já "não vale a pena"...

A capacidade de combater, combater sempre por aquilo que é justo é o diferencia afinal o Homem verdadeiramente livre.

E, uma vez mais com Baudiou, considero que na verdade "a possibilidade do impossível (...) é o único princípio (...) de uma ética das verdades!".

